

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

REQUERIMENTO Nº DE 2016

(Do Sr. Patrus Ananias – PT/MG)

Requer a realização de Audiência Pública para discutir as resoluções da 2ª Conferência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – 2ª CNATER.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Ex^a, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requereremos que, em Audiência Pública, sejam discutidas as resoluções da 2ª Conferência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, evento realizado em Brasília, de 31 de maio à 03 de junho. Para tanto, requeiro que sejam convidados os seguintes participantes que conduziram os trabalhos da Conferência:

- **Marcos Rochinski** – Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar - FETRAF
- **Alessandra Lunas** - Confederação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar - CONTAG
- **Luiz Claudio da Silva (Mandela)** - Conferência Brasileira dos Bispos do Brasil – CNBB.

JUSTIFICAÇÃO

Foi realizada em Brasília de 31 de maio a 3 de junho, a 2ª Conferência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (2ª CNATER), um amplo espaço de debate para reafirmar e fortalecer a importância da participação social no processo de formulação das políticas públicas voltadas para o campo, florestas e águas do Brasil.

Realizada pelo agora extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), sob a coordenação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf), o lema da 2ª CNATER foi "Ater, agroecologia e alimentos saudáveis". O objetivo da conferência foi estabelecer estratégias e ações prioritárias para promover a universalização da Ater pública e de qualidade aos agricultores(as) familiares do Brasil, para ampliar a produção de alimentos para todos. A Conferência envolveu representações das diversas instâncias de governo e da sociedade civil. Participaram de todo o processo - entre as 27 etapas estaduais, 286 conferências territoriais e mais de 200 conferências municipais - mais de 40 mil pessoas, em uma construção coletiva que resultou em 960 proposições que foram discutidas nesta conferência nacional e que contou com a presença de 800 delegados que participaram das atividades em Brasília.

Foram aprovadas 30 (trinta) propostas, das quais 7 (sete) foram para as mulheres, 4 (quatro) para os povos de comunidades tradicionais e 4 (quatro) para a juventude. O documento irá nortear a política de ATER do governo federal para os próximos anos.

O objetivo desta Audiência Pública é propiciar que as entidades da sociedade civil que organizaram e conduziram a Conferência apresentem o resultado para esta Comissão, com o objetivo de serem realizados os encaminhamentos necessários.

Por essas razões apresentamos o presente requerimento.

Sala das Sessões, em de junho de 2016.

PATRUS ANANIAS

DEPUTADO FEDERAL – PT/MG